

**Responsabilidade
solidária dos
gerentes e
administradores por
multas aplicadas à
sociedade –
inconstitucionalidade
da norma do artigo
8.º, n.º 7 do Regime
Geral das Infracções
Tributárias**

Isabel Oliveira Garcia
Advogada

Lisete Santos Rodrigues
Advogada-Estagária

No Acórdão n.º 171/2014, de 13 de Março de 2014, o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade com força obrigatória geral do artigo 8.º, n.º 7, do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT), ao abrigo do qual *“quem colaborar dolosamente na prática de infracção tributária é solidariamente responsável pelas multas e coimas aplicadas pela prática da infracção, independentemente da sua responsabilidade pela infracção, quando for o caso”*.

Nas palavras do Tribunal Constitucional *“decide-se declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 8.º, n.º 7, do Regime Geral das Infracções Tributárias, na parte em que se refere à responsabilidade solidária dos gerentes e administradores de uma sociedade que hajam colaborado dolosamente na prática de infracção pelas multas aplicadas à sociedade, por violação do artigo 30.º, n.º 3 da Constituição.”* (sublinhado nosso).

Não raras vezes é o Tribunal Constitucional chamado a pronunciar-se sobre a constitucionalidade das normas referentes à atribuição de responsabilidade de administradores e gerentes quanto a coimas e multas aplicáveis às pessoas colectivas.

Desta feita a apreciação da inconstitucionalidade recai sobre o já referido artigo 8.º, n.º 7 do RGIT nas suas *duas dimensões interpretativas*:

Primeira dimensão normativa: *“(…) quando aplicável a gerente de uma pessoa colectiva que foi igualmente condenado a título pessoal pela prática da mesma infracção tributária”* – interpretação considerada inconstitucional pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 1/2013, e confirmada pelas decisões sumárias n.ºs 288/2013, 360/2013, 373/2013 e 526/2013.



Foto Bate Chapas

Segunda dimensão normativa: *“(...) na parte em que refere a responsabilidade solidária dos gerentes e administradores de uma sociedade que hajam colaborado dolosamente na prática de infração pelas multas aplicadas à sociedade”* - interpretação considerada inconstitucional pelos Acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 297/2013 e n.º 354/2013, e confirmada pelas decisões sumárias n.ºs 334/2013, 377/2013, 396/2013, 397/2013 e 511/2013.

Considerou o Tribunal Constitucional que a segunda dimensão normativa inclui a primeira, afirmando que *“no segundo caso, a interpretação normativa declarada inconstitucional reporta-se à extensão da responsabilidade sancionatória da pessoa coletiva a um outro sujeito jurídico, pelo que a ratio decidendi do juízo de inconstitucionalidade entronca, não na atribuição de diferentes consequências sancionatórias relativamente ao mesmo facto ilícito mas sim na previsão de que a pena recaia sobre pessoa diferente da que praticou o facto que lhe serve de fundamento (em virtude de ter colaborado dolosamente na prática da infração)”*.

Com o objecto de análise assim delimitado, teceu o Tribunal Constitucional, como argumentos para a decisão de inconstitucionalidade com força obrigatória geral do artigo 8.º, n.º 7, os seguintes:

- *“(...) a imposição de uma responsabilidade solidária a terceiro para pagamento de multas aplicadas à pessoa coletiva,*

independentemente de ele poder ser corresponsabilizado como coautor ou cúmplice na prática da infração — tal como admite o n.º 7 do artigo 8.º —, configura uma situação de transmissão da responsabilidade penal, na medida em que é o obrigado solidário que passa a responder pelo cumprimento integral da sanção que respeita a uma outra pessoa jurídica, implicando a violação do princípio da pessoalidade das penas consignado no artigo 30.º, n.º 3, da Constituição.”

- “Estamos perante uma transmissão de pena com o sentido definido pelo artigo 30.º, n.º 3, da Constituição, quando se verifica a imputação de responsabilidade a uma certa categoria de sujeitos para suprir a inoperatividade prática da responsabilidade penal que recai sobre a pessoa coletiva. A responsabilidade solidária do administrador ou gerente pressupõe que, em momento anterior, tenha sido estabelecida a responsabilidade penal da pessoa coletiva, com a aplicação de uma multa.”

Conclui o Tribunal Constitucional que a atribuição de uma responsabilidade solidária neste termos faz com que a pessoa coletiva se exima “do cumprimento da pena através da transferência do dever de pagar a multa para o devedor solidário e o Estado exonera-se, por essa via, do exercício do *jus puniendi* de que é titular. O que consubstancia objetivamente uma transmissão de pena e põe em causa a indisponibilidade dos interesses que as reações criminais visam tutelar.”

Esta decisão do Tribunal Constitucional, que produz efeitos desde a entrada em vigor do artigo 8.º, n.º 7, resulta do facto deste Tribunal já se ter pronunciado pela inconstitucionalidade da referida disposição em três casos concretos anteriores.

Quais são as consequências desta decisão do Tribunal Constitucional?

Aos casos em curso e ainda não julgados aplica-se o entendimento resultante da decisão em análise, ou seja, inexistência de responsabilidade solidária dos gerentes e administradores de uma sociedade que hajam colaborado dolosamente na prática de infracção tributária pelas multas aplicadas à sociedade, na medida em que a transmissão da responsabilidade da sociedade para os gerentes e administradores consubstancia uma violação do artigo 30.º, n.º 3 da Constituição, *que proíbe a transmissão da responsabilidade penal*. Há assim uma proibição de aplicação da norma considerada inconstitucional.

No que concerne aos casos já julgados, e não obstante o entendimento do Tribunal Constitucional de que a norma respeita a matéria penal, da ausência de consagração expressa pelo Tribunal Constitucional quanto à prevalência do princípio da aplicação da lei mais favorável sobre princípio do respeito pelos casos julgados parece resultar que esta decisão de inconstitucionalidade não altera ou modifica as decisões anteriores resultantes da aplicação do artigo ora considerado inconstitucional, ficando assim ressalvados os casos julgados.

Isabel Oliveira Garcia
Lisete Santos Rodrigues

Contactos

ig@slcm.pt

lsr@slcm.pt

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito dos Seguros // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação